

---

*Questions Concerning Certain Faculties Claimed for Man* de Charles Sanders Peirce, tradução para o português do Brasil.

---

O texto de Peirce (1839-1914), aqui em consideração, foi publicado quando o autor, ainda no início de seu percurso intelectual, já se interessava pelas questões que o acompanhariam até o fim de sua vida. Assim, a sua obra demonstra uma coerência orgânica em perseguir problemas que parecem circundar um centro comum. Apesar da condição fragmentária em que sua obra foi construída, cada vez mais parece emergir uma uni-

dade de seu pensamento, o que pode ser confirmado pela sistematização, através de desenvolvimentos e comentários, que vão adquirindo a sua teoria semiótica e sua doutrina do pragmatismo, nos meios acadêmicos, nacionais e internacionais. No contexto dos escritos do autor, o texto em questão diz respeito à problemática de sua teoria dos signos ou teoria da representação e da percepção, como também podem ser entendidas. Um dos aspectos relevantes do pensamento de Peirce para a filosofia contemporânea é a sua rejeição de uma abordagem psicologista em favor de uma fundamentação lógico-matemática da representação, da percepção e ou-

tras funções da razão. De acordo com Hookway (1992), "[a] lógica é [para Peirce] a própria 'ciência das classificações' que serve de fundamento para testar a validade da razão" (p. 16). Assim, as reflexões de Peirce pertencem já a uma tradição de pensamento que pode ser entendida como parte das chamadas ciências cognitivas, assim como também da filosofia da mente e que vai, no século xx, ser desenvolvida no contexto da filosofia analítica estadunidense. O texto é elaborado em forma de respostas a questões (em número de sete) e segue a numeração por parágrafos, como é comum na referência da edição dos escritos do autor.

Há duas traduções de "*Questions Concerning Certain Faculties Claimed for Man*" (*QFM*) para o português do Brasil. A primeira delas, a mais antiga, de 1980, faz parte da edição da coleção *Os Pensadores*, em um número dedicado a Peirce e a Frege. O trabalho foi feito em conjunto por Armando Mora D'Oliveira e Sérgio Pomerangblum (MO&P). Com exceção da primeira, as outras três notas explicativas, presentes no original, não vêm reproduzidas, enquanto todas são mantidas na outra tradução. A edição a tradução de

MO&P optou pela omissão de alguns poucos parágrafos do texto de partida.

A outra edição disponível em português do texto de Peirce foi traduzida por José Teixeira Coelho Neto (CN) e publicada pela Editora Perspectiva, a edição que pudemos ter em mãos é a terceira e data de 2000. Não há indicações sobre a data da primeira edição. O volume tem uma pequena "nota do tradutor" introdutória. Ali ele brevemente apresenta a ordem dos textos traduzidos, sem fazer considerações sobre seu conteúdo. Apenas faz referência à tradução dos três conceitos fundamentais (as categorias) na semiótica e pragmatismo de Peirce: 'primeiridade', 'secundidade', 'terceiridade'. O tradutor deixa claro não desconhecer traduções alternativas para estes termos. Seria interessante investigar se a diferença de tradução para os termos apontados implica na variação das interpretações sobre a teoria dos signos de Peirce. CN justifica sua opção com o argumento de que a forma por ele escolhida representa "uma captação que lhe pareceu mais adequada do sentido original".

É preciso dizer que as duas coletâneas aqui consideradas não são idênticas. As indicações das fon-

tes originais de onde foram extraídos os textos da segunda coletânea não são muito claras. O esquema de referênciação [*n° do volume . n° do parágrafo*], usado para os escritos de Peirce, faz-se de difícil compreensão devido à disposição dos textos escolhidos. A tradução de MO&P, ao contrário, traz uma "nota do editor" que apresenta uma lista de referências dos volumes utilizados sem, contudo, indicar que se referem à edição do *The Collected Papers of C. S. Peirce*<sup>2</sup>. As duas coletâneas baseiam-se nesta mesma edição das obras de Peirce. Ao final da nota, na tradução de CN, ficamos sabendo que colaboraram na tradução J. Guinsburg, Haroldo de Campos e Décio Pignatari.

Enfim, parece-nos que pelo fato de não se cultivar no mercado editorial brasileiro o costume de, em filosofia, publicar-se as obras completas de um autor, ficamos sem uma edição de referência mais segura dos escritos de Peirce, até o presente momento. Percebe-se isto com maior intensidade, no caso deste autor, pelo fato de sua obra ser, como dissemos, fragmentária. Nos Estados Unidos, só a partir da década de 1980, tem-se investido numa nova edição, agora cronológica e com intenções de

completude, dos escritos de Peirce<sup>3</sup>.

Ao comparar as traduções, iniciaremos apresentando um pequeno comentário sobre a comparação das traduções do título e das questões que ordenam o texto. A indicação (1) refere-se à tradução de Mora D'Oliveira e Pomerangblum (MO&P), e (2) à tradução de Coelho Neto (CN).

No caso de se tentar uma avaliação das opções de tradução do título original do texto (*Questions Concerning Certain Faculties Claimed for Man*), poderíamos sugerir que se comesasse por observar o destaque significativo que se pode imprimir à preposição ali presente. Talvez, problemas filosóficos de referênciação ou então de implicação não se mostrem como tão importantes no estabelecimento do título de um texto, mas é difícil imaginar que o autor, em uma postura extrema, cultivasse o uso de atribuir títulos descuidadamente às suas reflexões por escrito. Certamente, a diferença sutil no uso da preposição '*pele*' (*for*), em (2), ou '*para (o)*', em (1), indica uma boa diferença da direção que pode assumir o sentido da reivindicação (*claim*) de que se vai tratar no texto. Assim, entre (1) "*Questões sobre certas faculdades*

reivindicadas **para o homem**" e (2) "*Questões Referentes a Certas Faculdades Reivindicadas Pelo Homem*" existe uma diferença entre o sentido que assume a reivindicação: a tradução da preposição *for* por 'para o' exclui o reivindicante do grupo sobre o qual este está tratando (o homem), uma vez que a tradução da mesma preposição por 'pelo', deixa clara a sua inclusão naquele mesmo grupo. Este uso pensamos ser o mais acertado, já que o autor trata da capacidade humana inerente à sua capacidade cognitiva, capacidade esta que é comum a todos os indivíduos.

O texto, como dissemos, é estruturado na forma de sete questões seguidas da discussão dos pressupostos por elas estabelecidos. Na primeira questão, §§ 213-224, (*Whether by the simple contemplation of a cognition, independently of any previous knowledge and without reasoning from signs, we are enabled rightly to judge whether that cognition has been determined by a previous cognition or whether it refers immediately to its object*), o autor apresenta a consideração sobre a qual pretende meditar, enquanto nas outras seis indaga sobre a natureza dos elementos que foram pressupostos na elaboração da questão número um.

Nos apresenta, assim, o problema de se saber sobre a validade da intuição como faculdade cognitiva. A consideração apenas das questões poderá nos dar uma perspectiva inicial e geral sobre os procedimentos de tradução utilizados. A seguir, apresentamos alguns elementos desta comparação.

A segunda, terceira e quarta questões ocupam-se com o problema de nosso "poder de introspecção" e "poder intuitivo" ("autoconsciência intuitiva") além da interrogação sobre a natureza desta intuição e introspecção. A questão de número dois, §§ 225-237, (*Whether we have an intuitive self-consciousness*) foi traduzida indenticamente nos dois casos: "Se temos uma autoconsciência intuitiva". O mesmo ocorrendo com a terceira questão, §§ 238-243, (*Whether we have an intuitive power of distinguishing between the subjective elements of different kinds of cognition*). Notamos que os tradutores em (1), em geral, optam pela tradução em ordem canônica na língua de chegada, neste caso, "os elementos subjetivos de cognições de tipos diferentes"; enquanto em (2) é feita a opção pela tradução mantendo a ordem da língua de origem, "os elementos subjetivos de diferentes

tipos de cognições". Da mesma forma, a quarta questão, §§ 244-249, (*Whether we have any power of introspection, or whether our whole knowledge of the internal world is derived from the observation of external facts*) não apresenta variação significativa entre as duas traduções consideradas. Ela coloca dois problemas: saber se temos "poder de introspecção" (poder de conhecimento das condições interiores, do mundo interior da consciência, a partir da existência destes próprios objetos internos) ou, pelo contrário, se tudo que podemos saber sobre o mundo interior decorre da observação dos fatos do mundo exterior.

A quinta e sexta questões indagam sobre nossa condição cognitiva em relação aos signos e a natureza destes. Com a primeira delas, §§ 250-253, (*Whether we can think without signs*) acontece o mesmo que com as questões anteriores, é traduzida igualmente nas duas traduções: "Se podemos pensar sem signos". A sexta questão, §§ 254-258, (*Whether a sign can have any meaning, if by its definition it is the sign of something absolutely incognizable*) apresenta uma pequena variação. Na tradução (1) o autor optou pela supressão da expressão "by its

*definition*". Este artifício acabaria por deixar implícito o sentido de que aquilo sobre o qual se esta indagando na questão, a respeito dos signos, se refere à constituição da sua natureza. O sentido desta condição, entretanto, é recuperada ao ser indicada pelo uso do verbo 'ser' em sua forma contínua (*sen-do*). A tradução (2) manteve a expressão ("por esta definição") e que sugerimos, como alternativa, a alteração por ("pela sua definição")<sup>4</sup>.

O panorama geral desta primeira parte da comparação indica, pelo diagnóstico baseado nas questões que estruturam e organizam o texto, que as duas traduções não diferem entre si de forma considerável. Passamos, a seguir, à discussão de um problema que identificamos na tradução de MO&P e que nos parece importante na reflexão sobre a recepção do pensamento de Peirce no Brasil. Trata-se do recurso de apagamento do equivalente ao termo *mind*, presente no texto de partida e que, no contexto em questão, corresponderia<sup>5</sup>, na língua de chegada, ao termo 'mente'.

O uso intercambiável com sentido equivalente entre os termos 'espírito' ou 'mente' tem assumido as mais diferentes formas de relação ao longo da história do pen-

samento. No geral, parece ter havido uma substituição gradual, historicamente determinada, de um termo pelo outro. Os dois compartilhando conteúdos significativos e, ao mesmo tempo, comportando diferenciações historicamente determinadas de sentido em seus campos semânticos<sup>6</sup> que, finalmente, levaram à passagem daquilo que era representado pelo termo 'espírito' (com maior intensidade até o pensamento medieval), —as capacidades, funções e ações do intelecto— para o conteúdo do termo 'mente'.

Vimos como o pensamento de Peirce pertence a uma certa tradição da filosofia da mente que já se encontrava em desenvolvimento na segunda metade do século XIX. Assim, seria interessante considerar o sentido de um determinado mentalismo de Peirce na avaliação das opções de tradução tomadas por MO&P em relação ao termo *mind*, presente quatorze vezes no texto de partida.

Aqui apresentam-se também elementos para a discussão sobre os modos de tradução que podem aproximar ou afastar o texto ora à língua de chegada, ora à língua de partida. O tratamento dado à tradução do termo *mind* em (1), para além da importância deste termo/conceito no pensamento do autor naquele momento, impõe a trans-

formação e o apagamento sistemático dos significados presentes no texto de origem: das quatorze ocorrências do termo no texto de partida, onze são sistematicamente apagadas, ou traduzidas por termos filosoficamente equivalentes, não sem prejuízo para a compreensão do mentalismo de Peirce. Na tradução de CN todas as ocorrências do termo em questão são mantidas. Este fato também acarreta conseqüências dignas de reflexão. No entanto, deteremo-nos, a seguir, sobre alguns pontos relativos às opções de tradução tomadas especialmente por MO&P, que nos parece apresentar o caso mais urgente na comparação entre as duas traduções.

Em três passagens, o termo *mind* é traduzido pelo termo 'espírito' (§§ 213, 232 e 245); quatro ocorrências são suprimidas juntamente com a omissão dos parágrafos 222, 223 e 236; uma ocorrência é traduzida por outra expressão (§ 237), "In the same way, **to the developed mind of man**, his own existence is supported by *every other fact*, (...)". O que significa esta "mente desenvolvida do homem"? O indivíduo de capacidade de raciocínio desenvolvida?, e isto querendo dizer racional?, ou que realiza as funções normais da

cognição? Em (1) temos: "Paralelamente, **para nós** a nossa existência como pessoas apóia-se em outro fato qualquer, (...)"; enquanto que em (2): "Do mesmo modo, **para a mente desenvolvida do homem**, sua própria existência é sustentada por *todos os outros fatos*, (...). Uma das ocorrências foi traduzida pelo termo 'consciência' (§ 241); três traduções (§ 245) mantêm o termo 'mente' e duas ocorrências (§§ 247, 263) são apagadas deliberadamente: (§247) "*In the same way any emotion is a predication concerning some object, and the chief difference between this and an objective intellectual judgment is that while the latter is relative to human nature or **to mind in general**, the former is relative to the particular circumstances and disposition of a particular man at a particular time*"; e (§263) "*The apex of the triangle represents **the object external to the mind which determines both these cognitions***". Estas duas passagens em (1), traduziram-se por (as expressões entre exclamações [!]) foram suprimidas): "Da mesma forma, a emoção é predicação relativa a um objeto, e a grande diferença entre ela e um juízo objetivo é que este diz respeito à natureza humana [!]' or

*to mind (in general)*' [!] em geral e a emoção é determinada pelas circunstâncias particulares e pela disposição de um homem em certo momento"; e "O ápice do triângulo representa o objeto externo [!] '*to the mind*' [!] que determina ambas as cognições", respectivamente.

Limitaremos-nos, a seguir, a tecer algumas observações aos problemas resultantes desta estratégia que identificamos na tradução (1). Tais estratégias de tradução, adotadas por MO&P, obscurecem, a nosso ver, as intenções teóricas do autor, na sua reflexão a respeito do funcionamento das operações mentais da cognição.

Quais poderiam ser os objetivos de Peirce ao propor uma teoria para a determinação das capacidades cognitivas do ser humano? Sabe-se, pois o autor sempre foi bastante claro a este respeito, que sua doutrina filosófica rejeitava fortemente a abordagem nominalista imbuída de espírito cartesiano para a explicação dos 'fenômenos mentais'<sup>7</sup>. Isto é, sendo Peirce um adepto do realismo filosófico de seu tempo, não poderia aceitar a consideração de que a mente e suas capacidades cognitivas fossem definidas a partir de explicações psicológicas, mas sim que a existência da mente deveria comportar

estatuto existencial real, podendo ser explicada somente pela abordagem lógica.

Destacamos, entre todas as ocorrências implicadas no processo de apagamento do termo *mind* três passagens em que Peirce faz referência à lógica da constituição progressiva da consciência e da mente e em que MO&P optaram por manter seu correspondente 'mente' (Questão 4, § 245). Nesta passagem, o autor pergunta sobre nossa capacidade de obter conhecimento de nossos estados 'internos', ou antes, a nossa percepção destes estados que identificamos como internos, pois que esta percepção nos remete a alguma espécie de unidade intuitiva, por exemplo, na forma de um ego (*self*). Ele conclui, como podemos ver pela leitura do texto e também na afirmação de Hookway (1992)<sup>8</sup>, que não possuímos poder de introspecção que nos garanta um conhecimento seguro, por intuição direta, a respeito de nosso próprio ego, isto é, que permita o reconhecimento de uma unidade que se refira logicamente a um 'eu', e que se possa então afirmar 'eu penso' (vemos aqui um exemplo do anti-cartesianismo de Peirce). A mente para Peirce, percebemos então, pertence ao universo que

envolve e mantém o desenvolvimento da cognição e de seus desdobramentos (representação, significação, interpretação) e, como tal, é *também* 'externa' e compartilha sua condição existencial com o real.

Se procuramos substituir, nas três ocorrências em questão, a referência à mente por algum dos outros termos utilizados pelos tradutores nas outras ocorrências daquele termo, percebemos que o efeito é muito semelhante àquele já obtido nestas outras passagens. Tanto as opções por 'espírito' ou 'consciência' transformam em obscuras as referências ao funcionamento das nossas percepções e cognições, pois estas pressupõem, em sua fatuidade, uma unidade previamente dada, enquanto no mentalismo de Peirce é justamente a constituição desta unidade que se encontra em questão.

Sem dúvida seria preciso elaborar esta hipótese e testar suas possibilidades de desenvolvimento. Um bom trabalho que se detenha nesses problemas poderá contribuir para a compreensão do mentalismo de Peirce e para a consciência crescente a respeito das possibilidades de interpretação de seu pensamento. Pensamos em voltar, em breve, a esta proble-

mática que apenas indicamos a existência, em uma análise mais detida em seus pormenores. Pensamos que os efeitos de uma problematização como esta podem contribuir para a compreensão e recepção de uma filosofia como a de Peirce, que tem se tornado tão popular em determinados meios acadêmicos e tão superficialmente considerada, ignorando-se os elementos que a compõem em sua complexidade<sup>9</sup>. Uma compreensão segura sobre o pensamento deste autor é algo que ainda estamos precisando em língua portuguesa. Uma boa referência sobre a discussão da filosofia lógico-pragmática de Peirce em língua portuguesa é Apel (2000).

### Notas

1. Texto publicado originalmente no *Journal of Speculative Philosophy* (1868) 2, 103-114; posteriormente publicado em *The Collected Papers of Charles Sanders Peirce*, organizado por Charles Hartsforne e Paul Weiss, no Volume 5, Livro II, Escrito I (1935), §§ 213-263. Ele compõe, juntamente com dois outros, "Some Consequences of Four Incapacities" (CFI) e "Grounds of Validity of the Laws of Logic: Further Consequences of Four Incapacities" (GVL), o segundo grupo de artigos que resultaram das conferências em Lógica da Ciência proferidas por Peirce na Universidade de Harvard e no Lowell Institute nos anos de 1865 e 1866. Ver Hookway (1992), cap. I.
2. Em relação ao texto em questão, por exemplo, não temos como saber que ele provém do volume V, livro II da obra referida (*The Collected Papers*).
3. *Writings of Charles S. Peirce: A Chronological Edition* (vols. 1-6) 1857-1890. Edited by Max H. Fisch et al. Bloomington: Indiana University Press, 1982-1999. Está previsto a edição de 30 volumes.
4. A tradução sugerida então seria: "Se um signo pode ter algum significado, se pela sua definição é o signo de algo absolutamente incognoscível".
5. Sabemos que nossa indicação unívoca desta interpretação é questionável. As suas conseqüências poderão ser desenvolvidas posteriormente em outra oportunidade, contrabalançando, por exemplo, esta constatação com uma avaliação sobre os modos de tradução.
6. Admitimos que os chamados 'campos semânticos', delimitados pelas relações que estabelecem os itens lexicais entre si, podem sobrepor-se e não apresentarem limites muito precisos. No texto ou discurso filosófico não ocorre nenhuma exceção quanto a este fato.

Pelo contrário, há uma complicação crescente, em se tratando desta questão, afetando problemas de representação, interpretação, escritura, etc.

7. Ver Debrock & Hulswit (1994) em que pode-se encontrar várias referências à filosofia da mente de Peirce.

8. Ver "Logic, Mind and Reality: Early Thoughts". (p. 15-40)

9. Pensamos, sobretudo, em uma certa tradição de estudos em

semiótica aplicada que está presente tanto nos estudos culturais, em comunicação ou na literatura quanto em lingüística (aplicada ou não) e que parece não se comprometer com um, diríamos, Peirce integral. Isto é, que pensa sua semiótica como sistema de elementos para se refletir epistemo logicamente (Apel, 2000) e, além disto, entender o pragmatismo peirceano como uma ontologia fenomenalista (Lorenz, 1994).

Rodrigo Borges de Faveri  
UFSC

---